



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: trabalho e desemprego como possíveis fatores de visibilidade

Cardoso, Mayara de. A. S.

Cintra, Ana Lúcia

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo fazer correlações entre a População em Situação de Rua – PSR e o Desemprego na conjuntura atual, buscando fomentar discussões a cerca do atual perfil desta população e suas relações com o trabalho. Para isso realizou-se uma pesquisa documental com dados de atendimentos realizados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Florianópolis – Centro POP nos anos 2015 e 2016. Com isso, espera-se contribuir para o processo de visibilidade desta população, do modo como esta tem se mostrado ao cotidiano profissional, bem como alcançar apontamentos para uma práxis reflexiva. Uma das considerações sobre a PSR é que esta tem enfrentado diversos processos de exclusão para o acesso ao trabalho e que o desemprego tem sido um dos fatores predominantes tanto de ida para a rua quanto no processo subjetivo de saída dela.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Trabalho; Desemprego; Exclusão; Visibilidade;

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo problematizar as discussões sobre desemprego e População em Situação de Rua – PSR com recorte na realidade de Florianópolis. Busca-se fazer correlações, considerando o desemprego como um dos motivos apontados por esta população como causa por estarem em situação de rua. Para isso, utilizou-se como metodologia da pesquisa documental, a análise de dados dos atendimentos do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – SEPSR do Centro POP de Florianópolis, no período de dois anos (2015/2016) e, ainda, a relação com a produção social por meio do trabalho.

Pretende-se dar continuidade a realização da pesquisa pelos próximos dois anos, para avaliar a variação do percentual do desemprego como causa da situação de rua, justificando sua relevância por se tratar de uma população que vivencia processos de exclusão social, tanto das políticas públicas, quanto da sociedade e, por vezes, tem seus



direitos negligenciados e focalizados apenas em ações assistencialistas e que não produzem possibilidades significativas de inserção.

2. População em Situação de Rua: intersectorialidade e garantia de direitos

A Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída a partir do Decreto Nº 7053/2009, prevê a intersectorialidade das políticas públicas no atendimento à População em Situação de Rua – PSR. Dentre os objetivos dessa política, cita-se a implementação de serviços especializados no âmbito da Política de Assistência Social, articulações entre as políticas de saúde e assistência social para qualificar a oferta dos serviços, ações de segurança alimentar, habitação, oferta de qualificação profissional para a promoção ao mercado de trabalho, entre outros (BRASIL, 2009).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 2005, a partir da Lei 11.258/2005, passa a incorporar na organização de seu sistema, o atendimento à PSR, mas somente com a Resolução Nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que descreve, em nível nacional, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, se materializam os Serviços Especializados para a População em Situação de Rua a serem implementados pelos municípios que aderirem à política para PSR.

No Município de Florianópolis são executados, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, os dois Serviços descritos na tipificação, sendo eles: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – SEPSR e Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS, ambos em funcionamento no Centro de Referência Especializado para População de Rua – Centro POP.

A oferta de serviços especializados no âmbito da Assistência Social garante, por um lado, o acesso a direitos socioassistenciais, como a inserção no Cadastro Único, a orientação e encaminhamento para benefícios, encaminhamento a Serviços de Acolhimento Institucional, entre outros. Por outro lado, busca-se a articulação em rede e o fomento de parcerias intersectoriais.

A falta de políticas públicas efetivas de habitação, geração de emprego e renda, qualificação profissional, dentre outros aspectos, tem tencionado os serviços de assistência social que atuam junto à População em Situação de Rua.



3. A Crise Estrutural do Capital e o Desemprego

O regime capitalista de produção pressupõe como uma das condições de seu desenvolvimento, a existência de uma superpopulação excedente de trabalhadores disponíveis para a acumulação do capital. (IAMAMOTO, 2014). De acordo com Silva (2009, p. 97), a formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Essa é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. (SILVA, 2009, p. 97).

É inerente ao Sistema Capitalista, de tempos em tempos, um esgotamento dos modelos de geração de lucro e conseqüentemente a presença de crises estruturais. As crises são marcadas com altos índices de desemprego.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE realiza periodicamente a Pesquisa Mensal de Emprego, buscando identificar dentre a população economicamente ativa, os trabalhadores ativos (que estão trabalhando ou a procura de trabalho) e inativos. Essa pesquisa, tem como um de seus parâmetros para calcular o desemprego os dados da procura por emprego formal dentro de cada mês (IBGE, 2017). Já o Ministério do Trabalho, realiza pesquisas calculando o número mensal de demissões pelo número de novas contratações. (PAULA, 2014). Temos ainda a perspectiva do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE que trabalha com o conceito de situação involuntária de não-trabalho e exercício de trabalhos irregulares com o desejo de regularização, para compreender quem são os sujeitos desempregados. (BARROS, C; OLIVEIRA, T., 2009)

Silva (2009), ao discutir o fenômeno da PSR no Brasil e suas relações com o trabalho, utiliza o conceito de setor informal instituído pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

O setor informal compreende um conjunto de atividades (formas de produção) cujas as características principais são: (i) o reduzido tamanho do empreendimento; (ii) a facilidade de entrada de novo concorrente; (iii) a inexistência de regulamentação; (iv) a utilização de tecnologias intensivas em mão de obra; (v) a propriedade familiar; entre outras (OIT, 1972, apud SILVA, 2009, p. 237).

Assim, vamos considerar nesta pesquisa, não só o desemprego como a procura por empregos formais (mensuráveis pelos indicadores), mas o desemprego também marcado pela ausência de trabalhos informais, utilizados como forma de subsistência e de presença contínua entre a PSR.



Dentre as estratégias de sobrevivência da PSR, estão a realização de trabalhos informais, como: (i) cuidador de carros; (ii) vendedor ambulante; (iii) ajudante na construção civil; (iv) montador em eventos, shows, circos; (v) com carga e descarga; (vi) panfletagem; entre outros. Entretanto, muitos fazem do trabalho informal, não só uma estratégia de sobrevivência, mas uma forma de trabalho contínuo, que chamaremos de Trabalho Informal Contínuo – TIC.

Nesse contexto, de produção capitalista e mudanças recorrentes no mundo do trabalho, como o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a reestruturação produtiva, a exigência de qualificação, entre outras, a população em situação de rua é atingida de forma expressiva. De acordo com Silva (2009) esses aspectos sobre a composição do desemprego têm se relacionado com a PSR, refletindo-se como o perfil contemporâneo dessa população no País.

Se o desemprego tem afetado pessoas qualificadas e preparadas para o mercado formal de trabalho como é construída esta relação em se tratando da PSR? Como essa população por vezes nomeada como *população usuária de drogas*, sem moradia regular (portanto sem possibilidade de comprovação de residência), consegue se inserir no mercado formal? Em que medida as crises econômico-políticas afetam as condições de empregabilidade desta população, mesmo no que acima denominamos como trabalho informal contínuo?

4. População em Situação de Rua e a relação com trabalho e desemprego

Ainda que a sociedade associe um espírito de “vadiagem” àqueles que estão em situação de rua, não é incomum em nosso cotidiano de trabalho o encontro com pessoas que gostariam de estar trabalhando, mas se deparam com uma série de obstáculos para tanto. Neste sentido, acompanhamos Henrique, Santos e Viana (2013) quando destacam:

O sentido do trabalho se mostra extremamente arraigado ao discurso de pessoas em situação de rua, mesmo sendo elas constantemente estigmatizadas como “pessoas vagabundas, que não quiseram nada com a vida, com estudo e/ou trabalho”. Nesse contexto, se faz importante ressaltar a afirmação de Jacques (2007), inspirado em Dejours, quanto à inexistência de um substituto do trabalho como mediador do ego no campo social, daí destacando sua imensa relevância que abarca a dimensão humana. (HENRIQUE, SANTOS e VIANA, 2013, p.7)

Nesta seção pretende-se apresentar dados sobre os motivos apontados pelos usuários atendidos pelo SEPSR de Florianópolis como causa por estarem em situação de rua. Tais motivos, ao lado dos aspectos sobre cenários de desemprego, ganharam forma de



inquietações em nosso cotidiano profissional, levando assim à construção de uma pesquisa ainda em andamento. A metodologia da pesquisa consistiu em separar dados quantitativos dos atendimentos realizados com usuários do Serviço e calcular o percentual de pessoas por mês que elegem o motivo “desemprego” como o mais significativo para estar em situação de rua. Para obter melhor consistência dos dados, considerando oscilações variadas (número pessoas que acessam o Centro POP, quadro político-econômico do país, variáveis sazonais, dentre outros), pretende-se realizar a pesquisa durante 4 anos, separando-a em dois blocos de análise, a saber: 2015 a 2016 e 2017 a 2019. No presente artigo, nos ocuparemos apenas deste primeiro período – 2015 e 2016¹ -, considerando dados já sistematizados e em relação aos quais foram recortados apontamentos sobre a realidade atual. A produção de informações (tabelas, gráficos e análises) sobre os dados foram realizadas a partir da extração de dados já registrados cotidianamente pela equipe técnica². A partir da leitura dos dados, buscou-se fazer correlações com a vivência da prática profissional e uma revisão bibliográfica na área.

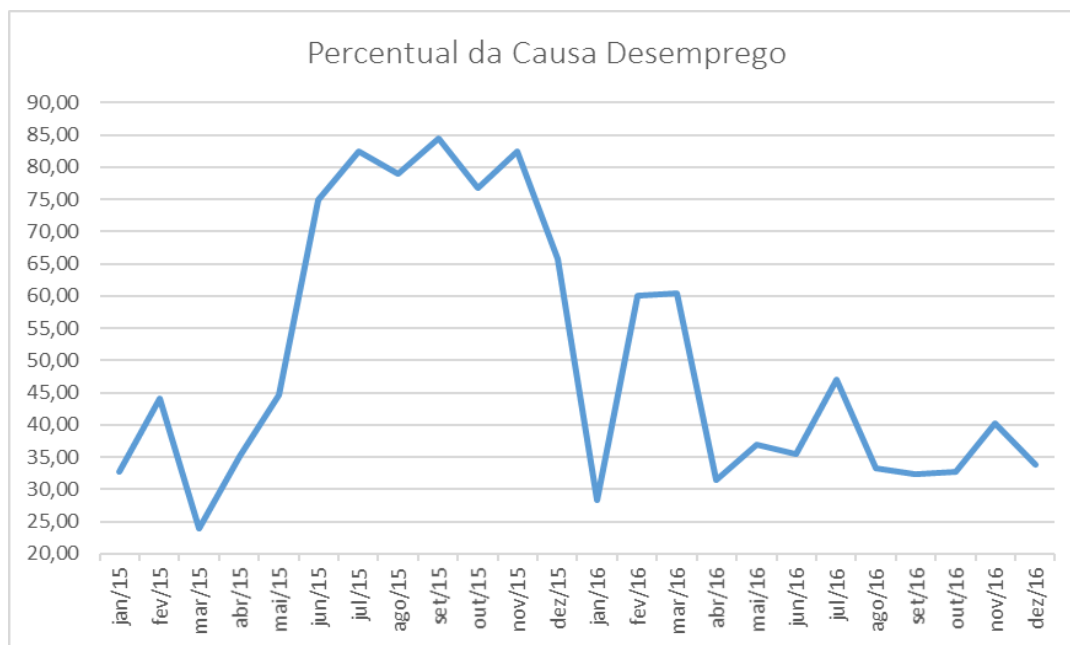
Cabe destacar que entre os motivos apontados pela PSR como causas para estarem em situação de rua, além do desemprego, estão: (i) o uso abusivo de drogas; (ii) o rompimento de vínculos familiares; (iii) a falta de moradia regular; entre outros. O motivo é autodeclarado pelo usuário, podendo ser apontado mais de um, mas procura-se que – dentre estes – o usuário defina um deles como mais expressivo. Sabemos que o fenômeno “população de rua” é multifatorial, mas tal esforço visa respeitar a leitura subjetiva do usuário acerca de sua condição atual o que, por sua vez, poderá interferir em seus movimentos para tentar revertê-la, se assim desejar. No caso específico, fizemos um recorte focando usuários que vêem o desemprego como principal causa de estarem em situação de rua.

¹ O levantamento realizado nos dois anos iniciais da pesquisa foram pensados a partir período em que umas das autoras exerceu a função de coordenação técnica do Centro POP de Florianópolis.

² Dentre os Profissionais da equipe do Centro POP, entende-se por equipe técnica aqueles que exercem a responsabilidade pelo saber técnico, nesta instituição, os assistentes sociais e psicólogos.



Gráfico 1 – Percentual de desemprego como causa/motivo da situação de rua pelo número de pessoas atendidas:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

O gráfico acima apresenta o percentual de desemprego pela quantidade de pessoas atendidas pelo SEPSR. De junho à dezembro de 2015 observamos um pico no percentual de desemprego como motivo atribuído para estar em situação de rua.

Foge aos nossos propósitos estabelecer uma relação direta entre o alto índice do percentual de desemprego e um incremento no número de pessoas em situação de rua. Entretanto, trazemos esse dado para evidenciar que dentre as pessoas que estão na rua, grande parte é composta por trabalhadores potenciais à procura de emprego. Potenciais *sim*, mas com possibilidades igualitárias para disputar uma vaga de trabalho em relação a candidatos que não se encontram em situação de rua, não. Dentre outros obstáculos, destacamos o preconceito enfrentado por não terem comprovação de residência.

As chamadas “exigências formais” para poder participar dos programas que dão corpo as políticas sociais geralmente constituem limites de acesso a eles pelas pessoas em situação de rua. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos de identificação pessoal. No entanto, são poucas as pessoas em situação de rua que os têm³. Outra “exigência formal” é o endereço domiciliar. Como cumprir essa exigência se a inexistência de moradia convencional regular e a utilização das ruas como espaço de moradia e sustento constituem as principais características dessa população?(SILVA, 2009, P. 175)

A população de rua tende a ser vista de maneira polarizada, ora como foco de um olhar piedoso (aqueles que não têm nada), ora como alvo de críticas que a mantém em uma

³ Afirmação da autora com base em pesquisa realizada em cidades brasileiras nos anos 1994 a 2005.



condição marginalizada (usuários de drogas, vagabundos, ladrões, etc.). Numa ou noutra condição, ela ganha uma visibilidade que a desqualifica, ficando invisível em outros aspectos. Nesta direção, nosso estudo pretende provocar um novo olhar afirmando que muitos daqueles que estão nas ruas almejam uma dignidade que é atravessada pelas condições oferecidas pelo trabalho, dentre elas, certa autonomia que possa fazê-las não mais depender dos serviços da Assistência Social.

Outra informação importante, verificada nos dois anos, porém em proporções diferentes, é a elevação do percentual de desemprego nos meses de fevereiro em relação aos meses de janeiro dos respectivos anos. Avalia-se que tal dado corresponde à realidade de Florianópolis, no que diz respeito a sazonalidade decorrente da vocação turística da cidade. Por se tratar de uma cidade litorânea e explorar o turismo principalmente no verão, atrai muitas pessoas em busca de oportunidades. Acredita-se que muitas conseguem colocação no mercado de trabalho (principalmente trabalho sem registro em carteira), no mês de janeiro, visto que o auge da temporada neste município abrange o período de 25/12 a 25/01, aproximadamente.

Considerando que nosso estudo consiste em pesquisa em andamento e que o Serviço não esteve em funcionamento por mais de um mês⁴ não temos ainda sistematizados os dados relativos a 2017. Entretanto, através da prática cotidiana podemos apontar uma tendência à elevação do motivo “desemprego” como algo que vem afetando a população em situação de rua de maneira especial, o que dialoga com Guimarães (2017) ao mencionar que “A alta do desemprego reforça em todo país a tendência que mais pessoas percam a moradia – as próprias pesquisas de desemprego têm sinalizado um aumento do desalento, em que mais pessoas pararam de procurar emprego e saíram do radar do IBGE”.

As oscilações político-econômicas que têm feito a trama da história brasileira nos últimos anos afetam a “empregabilidade” no país como um todo, mas afetam – de maneira especial – aqueles que já tem seu cotidiano inserido em uma “corda bamba”: pessoas com pouca qualificação profissional, renda justa em relação às despesas, com histórias de vida compostas por numerosas rupturas de vínculos, com poucos laços para suporte em momentos de dificuldade, por exemplo. Somam-se a tais aspectos as lógicas de exclusão que insistem em manter a condição de pobreza quando se oferece um sistema de saúde com funcionamento precário, raras ou inexistentes políticas para geração de emprego e renda, habitação, transporte, etc. Ainda, no caso daqueles que são roubados ou perdem

⁴ Fazemos referência à Greve dos Servidores Municipais de Florianópolis ocorrida no corrente ano (SINTRASEM, 2017).



seus documentos em Florianópolis, existem os obstáculos para obtê-los novamente e, sabemos, sem eles não há como ingressar no mercado e trabalho formal.

Mesmo quando esta população acessa cursos profissionalizantes e similares, faz-se necessário que possamos olhar suas especificidades de forma a transformar tal acesso em oportunidade efetiva e não só em matéria para divulgação midiática. É nesta direção que se norteou a experiência de realização de um curso PRONATEC no equipamento do Centro POP de Florianópolis (CINTRA et al, 2017).

A ideia de trabalho sofre alterações a depender do momento histórico em que se insere. Gostaríamos de marcar o que afirma Schmidt (2004) ao chamar nossa atenção sobre a importância de um olhar alargado para esta atividade humana:

O trabalho constitui-se em modos de coexistência que sustentam identidades, jeitos de ser e existir num mundo compartilhado. É vital no sentido estrito de ser garantia de sobrevivência mas, mais largamente, é vital como criação do mundo, como transformação da terra em lugar habitável, como modo de enfrentar a inospitalidade da terra. (SCHMIDT, 2004 p.8)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas à População em Situação de Rua são ainda precárias e, não raro, em sua maioria circunscritas a duas formas de enxergar a vida nas ruas:

[...] a da assistência e/ou a da repressão. Internamente infensas à contradição, mas associadas nas intervenções, essas duas chaves de compreensão do problema informam recomendações de prática social: são pobres, coitados, logo, devem ser cuidados; são perigosos, logo devem ser reprimidos. (FELTRAN, G. e ARRETCHE, M., 2016, p.7)

De forma geral, é urgente que se proceda uma mudança de olhar sobre esta população. E de forma específica, tal mudança poderia ampliar as possibilidades desta população ser impactada “de forma mais igualitária” nas condições de empregabilidade. Para tanto, faz-se necessário pensar em políticas que consigam ir além de intervenções para “redução do uso de crack e outras drogas”, ou outras de natureza assistencialista e/ou higienista.

Entendemos que a dupla psicossocial – Assistente Social e Psicólogo – inserida em serviços que compõem o Sistema Único de Assistência Social deve ter um foco atento ao cotidiano de trabalho de forma a evidenciar aspectos, dentre outros, como os já apresentados, contribuindo assim para dar visibilidade à condição de sujeitos de direitos desta população, provocando profissionais da área, sociedade civil e gestores para a construção de ações que tentem escapar de contradições como a exigência do trabalho



para obtenção de autonomia e um suporte incipiente (quando não inexistente ou inadequado) para o cumprimento de tal condição.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Celso Aleixo; OLIVEIRA, Tatiane Lacerda. Saúde Mental de Trabalhadores Desempregados. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho – rPOT*, Brasília, v. 9, n.1, p. 86-107, jan/jun 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/11832/11072> . Acesso em 26 jun. 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Brasília, DF, 1993.
- _____. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009.
- _____. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2013.
- CINTRA, Ana L.; Conceição, Edelman J.; Stuepp, Mayara de A.; Garcia, Thaís C. Capacitação profissional e população em situação de rua. In: Ana Paula Bett Fortuna Ciocari e Caroline Ricardo Fasolin (Orgs). *Boas práticas no SUAS nos Municípios de Santa Catarina*. Governo de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Florianópolis: Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina, 2017, p.197-208.
- FELTRAN, G.; ARRETCHE, M. Apresentação. In: Taniele Rui, Mariana Martinez , Gabriel Feltran (Orgs). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016, p.7-8.
- GUIMARÃES. L. Crise leva mais famílias a morar nas ruas. *Valor Econômico*, 10/01/2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4831060/crise-leva-mais-familias-morar-na-rua> Acesso em 19 jun. 2017.
- HENRIQUE, Regis Albuquerque; SANTOS, Clara Miranda; VIANNA, João Jackson Bezerra. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 24, p. 109-120, jun. 2013 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2013000100008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 20 jun. 2017.
- IBGE. Notas Metodológicas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shm>. Acesso em 13 jun. 2017.
- IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2014.



PAULA, N. País tem diferentes formas para calcular a taxa de desemprego. *O Globo*, 18/09/2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pais-tem-diferentes-formas-para-calculat-taxa-de-desemprego-13977206>. Acesso em 18 nov. 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval. Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2004, vol. 7, p.1-10

SINTRASEM. *38 Dias: Vitória dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis*. Florianópolis: SINTRASEM, 2017.